

BASES DE CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA CIDADÃ PARA O PLANO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Ana Lucia Pardo¹

Resumo:

Este artigo propõe refletir sobre o processo de trabalho de construção do Plano Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. Um plano decenal, cujo principal desafio será ultrapassar as ações pontuais propondo uma política de Estado. Porém, muitos desafios se impõem: Como fazer um plano que espelhe as carências e potências dessa cidade? Como garantir o pleno exercício dos direitos culturais dos atores desse processo? Como corrigir desigualdades e concentrações? Como democratizar o acesso e a participação? Interessa discutir o plano de cultura da cidade a partir das bases de implantação de uma política cultural, dentro de um conceito de cultura cidadã, desde o qual construir cidade é construir cidadania para a cidade.

Palavras-chaves: cidade, cidadania, plano de cultura, construção, política pública.

Justificativa:

Ao vivenciarmos a primeira etapa do trabalho de consultoria na construção do Plano Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, fruto de um pacto federativo e do convênio assinado com o governo federal, como significa um elemento constitutivo fundamental do Sistema Nacional de Cultura, torna-se imprescindível e urgente discutir quais serão as diretrizes apontadas no planejamento dos próximos dez anos e em que bases será consolidado. Mais ainda, qual é a garantia de continuidade e retomada deste trabalho para sua efetiva implementação, uma vez que o plano se encontra neste momento paralisado aguardando uma definição da nova gestão da Secretaria Municipal de Cultura da cidade? Este artigo pretende contribuir no sentido de problematizar e levantar questões, a partir de referenciais teóricos, para se analisar o processo de construção de uma política pública municipal a partir da implantação do Plano de Cultura da cidade do Rio de Janeiro, dentro do conceito de uma cultura cidadã.

¹ Doutoranda e Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana na UERJ; atriz, jornalista, pesquisadora e gestora cultural. anapardo.teatralidade@gmail.com

A sociedade clama por uma política pública de cultura que tenha continuidade, uma política de Estado para além de uma gestão de governo, fundamentada, construída, proposta e formulada em conjunto com os diversos setores da sociedade, referenciada em diagnósticos, pesquisas, levantamentos, mapeamentos considerando os anseios e necessidades de cidadãos e cidadãs que conferem vida, movimento e expressão à cidade. Em resposta a esta inquietação, a cidade do Rio de Janeiro iniciou em 2012 o seu processo de construção do Plano Municipal de Cultura, tendo que assumir pela frente como principal desafio desta política de Estado, o de ultrapassar ações pontuais e eventuais, traçando diretrizes e metas para os próximos dez anos. Isso supõe a descentralização de recursos direcionados às áreas desassistidas das periferias da cidade, além do fomento e apoio às diferentes linguagens artísticas, à valorização, salvaguarda, proteção e manutenção das comunidades tradicionais, da memória e das identidades locais da cidade do Rio de Janeiro.

No Documento Base da Prefeitura, o planejamento proposto para a formulação de um Plano Municipal de Cultura do Rio de Janeiro pressupõe, necessariamente, um amplo diálogo com a população carioca. Ainda que possa apontar caminhos, partindo de diagnósticos e análises acerca de programas e projetos executados nos últimos anos, é preciso reconhecer o acúmulo cultural dos seus diferentes atores, apostando numa construção coletiva. Para isso, será importante reafirmar as identidades locais como único instrumento válido para a emancipação humana dentro de uma cidadania democrática e plural. A formulação de um Plano Municipal de Cultura do Rio de Janeiro precisará espelhar a diversidade cultural da cidade, suas potencialidades artísticas, seu poder de invenção, criação e renovação, de modo a propor políticas transversais da cultura com as áreas de educação, comunicação, turismo, meio ambiente, ciência e tecnologia, habitação, saúde, etc. Isso em respeito à cidade do Rio de Janeiro, daquilo que representa e que ainda pode ser, do que anseia e merece ser, da força de seu povo que trabalha, luta, constrói e faz dela uma cidade maravilhosa, alegre, ativa. Esta cidade que é a primeira do mundo a receber o título da Unesco de Patrimônio Mundial como Paisagem Cultural Urbana.

Por isso se fez necessário e urgente um Plano de Cultura que pense nos caminhos futuros a partir das carências e potências da cidade, que pactue com a população e esteja alinhado dentro de uma visão sistêmica com o poder público estadual e federal. Uma política cultural, portanto, que dê condições para deixar florescer a cidade e seus cidadãos em tudo o que são e o que ainda podem ser e que dialogue com gestores, especialistas e agentes de outras áreas. Isso significa pensar a especificidade de cada segmento e, ao mesmo tempo, criar políticas conjuntas, pactuadas, com espaço para o individual e o coletivo, o

local e o global, o territorial, o nacional e o mundial, o que implica colocar a cultura na centralidade do governo, com suas práticas, políticas e estudos acerca da sociedade contemporânea. Nessa direção, a Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, através de um convênio firmado com o Ministério da Cultura e a Universidade Federal da Bahia, deu início, em fevereiro de 2012, ao processo de trabalho com vistas à elaboração de um Plano Municipal de Cultura para a cidade.

Inicialmente, foram feitos mapeamentos, diagnósticos e levantamento de informações sobre os equipamentos, serviços e condições de produção e o acesso cultural, bem como, o alinhamento às metas do Plano Nacional de Cultura. A equipe partiu, num primeiro momento, para o diálogo, a escuta e a discussão de prioridades com os agentes culturais e a sociedade como um todo. Essa etapa de diálogo e discussão com a sociedade exigiu a convocação de representantes dos segmentos artístico-culturais para participarem de uma série de 13 encontros setoriais de Dança, Teatro, Circo, Música, Artes Visuais, Artes Urbanas, Artes Populares, Audiovisual, Arquivo, Museus, Livro e Leitura, Patrimônio e Memória e das Unidades de Polícia Pacificadora. O segundo momento, que ainda aguarda ser retomado, prevê o trabalho de campo através da realização de 10 encontros territoriais, divididos de acordo com as cinco Áreas de Planejamento, que compõem o Município e suas subdivisões. Pela amplitude de algumas áreas, de imensos territórios com inúmeros bairros e regiões administrativas, haverá a necessidade de se desdobrar os encontros para captar e incluir suas carências e potências locais e regionais, de uma rica diversidade cultural.

Nesses encontros, as discussões internas entre a equipe de consultoria e a Secretaria Municipal de Cultura inicialmente foram pensadas a partir do recorte de cinco eixos temáticos para orientar a subdivisão dos seguintes grupos de trabalho: *Identidade, Diversidade e Patrimônio Cultural*; *Cidade, Cidadania e Direitos Culturais*; *Economia da Cultura*; *Gestão da Cultura e Políticas Transversais de Cultura*. Os resultados foram anexados às propostas da I Conferência Municipal de Cultura, realizada em 2009, incluindo as metas definidas para a área da cultura no Plano Estratégico da Prefeitura do Rio até 2016, com o alinhamento às Metas do Plano Nacional de Cultura e demais documentos, pesquisas e diagnósticos atualizados. Pretende-se, assim, definir posteriormente as diretrizes e metas que deverão constar do documento final que resultará no Plano Municipal de Cultura do Rio de Janeiro.

A meta principal a ser atingida nesta etapa foi envolver a efetiva participação dos diferentes atores do Estado e da Sociedade, de modo a fornecer subsídios e formular recomendações para a definição de diretrizes, estratégias e políticas públicas direcionadas aos diversos setores culturais, em sintonia com os

eixos definidos pela Secretaria de Cultura e demais entes federados, apontando para: o incentivo à produção e amplo acesso à fruição simbólica; o fortalecimento da produção artístico-cultural na economia como setor capaz de gerar trabalho e renda; a promoção da cidadania mediada pela cultura e pela arte, com a elaboração de planos setoriais, definindo uma política específica para cada área.

Afirmou-se, assim, o propósito de se implantar políticas públicas democráticas e permanentes de cultura, como instrumento para atingir as metas e desafios que se apresentam, através de uma gestão compartilhada entre Estado e Sociedade e a integração dos três níveis de governo, de forma pactuada, planejada e complementar. Cumpre observar que a definição de uma política de Estado poderá auxiliar na correção das desigualdades socioeconômicas locais e regionais, de forma a garantir a participação da sociedade nos processos decisórios e o acesso aos bens e serviços culturais, promovendo o desenvolvimento das dimensões: humana, social e econômica.

A formulação e implantação de políticas públicas de cultura resultam de uma complexa interação entre agências estatais e não estatais. O Estado tem importante papel nesse sistema de múltiplos atores, mas não é o único. Há que se considerar a presença de atores não estatais, como: a sociedade civil através de entidades associativas, as organizações não-governamentais, as redes culturais, o poder legislativo e a iniciativa privada. Na perspectiva das políticas públicas, a governança da sociedade atual transcende, portanto, o estatal, impondo a negociação como procedimento usual entre os diferentes atores sociais. Políticas públicas de cultura podem ser desenvolvidas por uma pluralidade de atores políticos, sociais e não somente pelo Estado, desde que sejam submetidas ao debate e ao crivo públicos como formas de controle social.

A democratização do acesso e a participação são essenciais para a completude deste circuito. Indica a amplitude, a universalidade do ato de recepção da cultura, a importância central das políticas culturais, a descentralização e o pleno exercício dos direitos culturais. Neste sentido, a cultura se converte em elemento substantivo no estabelecimento dos acordos coletivos necessários para poder viver juntos na sociedade, a partir do reconhecimento e da inclusão de todos e todas. A cultura é interpretação, produto de acordos humanos que possibilitam a concretude da interação social.

O conceito de cultura cidadã, mais que ser uma ferramenta para reconhecer a existência de algumas práticas sociais, é uma ação social e cultural que orienta a construção de uma ordem social de convivência, através do acompanhamento oportuno de uma política de Estado. Nesse sentido, combina desde a visão política às diversas tramas sociais existentes no cotidiano, para criar condições de acesso à

participação do público, numa sociedade cujo marco de ação é a cidade, estimulando a prática da solidariedade e de uma ética cidadã, para que estes sejam os conteúdos fundantes de um pertencimento e identidade coletivos, finalmente, de uma nova cidadania.

A prática de uma cultura cidadã adquire importância no político, porque redefine o âmbito do público, quer dizer, aspira a novos pactos sobre a base de novos acordos de conteúdos e também no social, porque aspira a estabelecer uma ordem de interação para a convivência social da cidade. No âmbito cultural porque expressa na multiculturalidade ou pluralismo cultural, a cultura da vida cotidiana é reconhecida como assunto de interesse público. Por tudo que significa e representa a Cultura na vida da cidade, do município, do país e do mundo, toda e qualquer política pública de cultura implica ouvir muitas vozes e realidades dentro do processo coletivo de construção de caminhos para a cidade – no caso, a do Rio de Janeiro. Embora os gestores da Secretaria de Cultura tenham decidido desfazer-se dos 5 eixos temáticos norteadores do plano, que são inspirados nas questões trazidas pelo Documento-base da Conferência Nacional de Cultura, optei por mantê-los neste artigo para efeito de análise e reflexão, de acordo com a seguinte divisão:

Identidade, Diversidade, Patrimônio Cultural

Este primeiro eixo do plano trata da dimensão simbólica da cultura, que fundamenta-se na ideia de que é inerente aos seres humanos a capacidade de simbolizar, que se expressa por meio de línguas, valores, crenças e práticas. Nesse conjunto de diferentes significados no campo social, cultural, na política, na economia, são articuladas e inauguradas instituições, profissões, atores, práticas, teorias, linguagens, símbolos, ideários, valores, interesses, tensões e conflitos que acontecem e se movimentam na cidade. O texto-base da Conferência Nacional de Cultura orienta que é preciso considerar que a diversidade cultural tornou-se tão essencial quanto à biodiversidade para o futuro do planeta e da humanidade. Tornou-se tão vital hoje, demandando, inclusive, uma conferência da Unesco, realizada em outubro de 2005, a qual discutiu e aprovou uma convenção internacional sobre diversidade cultural. Há uma relação dialética entre identidade e criatividade. Se a identidade é um sistema de significados que se fundamenta na memória, a criatividade é o processo de produção de novos significados, que simbolizam para o futuro. Os espaços de memória, como os museus, arquivos e bibliotecas, têm, portanto, uma grande importância social e política. A memória coletiva necessita de suportes para manter-se disponível e em permanente ressignificação cumprindo a função de guardar, conservar e disponibilizar acervos, essas instituições contribuem para a extensão dos direitos culturais.

Para se definir uma política pública de cultura, deverão ser observados todos os elos que compõe este amplo Sistema Cultural: criação, invenção e inovação; difusão, divulgação e transmissão; circulação, intercâmbio, trocas, cooperação; análise crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão; fruição, consumo e públicos; conservação e preservação; organização, legislação, gestão e produção de cultura. Uma política que enfatize, além dos segmentos artísticos, toda a gama de expressões que caracterizam a diversidade cultural brasileira. Artes populares, eruditas, de massas, embora mereçam a mesma atenção por parte do Estado e se misturem no mundo contemporâneo, as culturas indígenas, afro-brasileiras, ciganas e populares exigem ações, programas e projetos específicos de proteção garantida na constituição. Assim como as fronteiras e territórios estão mais flexíveis nas artes, mas ainda assim cabe às instituições culturais compreender as especificidades de cada uma e ao mesmo tempo estarem atentas às novas linguagens, manifestações e expressões e suas convergências inclusive digitais.

Cidade, Cidadania e Direitos Culturais

A cidade é vivida e descrita física e simbolicamente por cada um de forma diferente, uma cidade preenchida pelas cidades particulares. É antes de tudo uma realidade múltipla, percebida, entendida e interpretada por olhares distintos como um fenômeno mental, físico, social, econômico e cultural. É ao mesmo tempo personagem e objeto de investigação. Um potencial espaço de produção, intervenção e trocas culturais, garantia e partilha de direitos e deveres e acesso a bens culturais. A cultura da cidade precisa ser pensada a partir dos seus múltiplos atores e com todos os segmentos da sociedade, seus agentes individuais e coletivos, com suas potencialidades criativas, suas diferentes formas de expressão e manifestação cultural, de seus territórios de identidade, do seu patrimônio natural, ambiental, material e imaterial, inventado e recriado. É com e para esses sujeitos, que se justifica pensar nas prioridades que deverão estar contidas em um Plano Municipal de Cultura do Rio de Janeiro.

A cidade revela também a divisão de mundos. Um abismo separa esses mundos de bairros nobres das favelas e subúrbios, ao mesmo tempo geograficamente tão próximos numa disputa do controle e da disciplina da territorialidade comum, pública e coletiva. Na contramão, o carnaval, a procissão, a folia de reis, o circo, o teatro de rua, a arte urbana e outras expressões do humano escapam do conflito e pedem

passagem. De alguma forma se dissipa por instantes a linha divisória, a separação, a tensão, o abismo que os separa para dar lugar ao campo simbólico, religioso, do imaginário se expressar.

As cidades passam por constante construção e desconstrução ocasionadas por vários fatores, crescimento da população, especulação imobiliária, alterações do cenário urbano impulsionados pelo poder econômico, a construção de novos bairros e a necessidade de uma política pública que estabeleça o ordenamento das cidades visando integrar sua população. Uma política que aponte caminhos para resolver a deteriorização dos centros históricos, a degradação e a violência ocasionadas pelo abandono de antigos bairros, a falta de moradia, a falta de uma dinâmica visando à sustentabilidade do patrimônio cultural. Pensar ações que aliem o desenvolvimento econômico e social das cidades e a valorização do patrimônio, visando preservar sua memória e o bem-estar dos seus habitantes. A cidade não pode ser encarada como mercadoria, precisa ser vista como lugar que congregue e agregue valor simbólico para seus habitantes respeitando suas delimitações e espaços. É no espaço público da cidade que ocorrem ou se encolhem históricas manifestações populares e onde se revela a transformação desses cenários e os novos contornos da cidade contemporânea. Como pensar nas condições e na distribuição mais igualitária desses espaços da cidade na atualidade? Como os agentes de cultura se apropriam do uso do espaço público? Como dialogam e são acessadas pelos habitantes da cidade?

Os criadores, inventores e inovadores, representados por artistas, cientistas e intelectuais, vinculados aos universos culturais, acadêmicos ou populares, têm certamente grande relevância no sistema cultural, pela inauguração de ideários, práticas e produtos culturais. Porém, o cidadão comum não deseja mais ser apenas o público receptor dessas manifestações, cada vez mais revela o interesse em também ocupar os espaços das ruas e das redes sociais para se manifestar e se fazer representar, mostrar sua identidade, e participar do processo criativo extrapolando os limites e fronteiras existentes entre palco/platéia e artista/público. Nesse aspecto, a Constituição de 88 é explícita: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais.” Trata-se da dimensão cidadã deste segundo eixo do Plano de Cultura, que afirma que os direitos culturais são parte dos direitos humanos. De acordo com os documentos internacionais da ONU e da Unesco já reconhecidos pelo Brasil e a Constituição Federal de 1988, pode-se concluir que os direitos culturais são os seguintes: direito à identidade e à diversidade cultural; direito à participação na vida cultural, que inclui os direitos à livre criação, livre acesso e livre

participação nas decisões de política cultural; direito autoral e direito/dever de cooperação internacional. Nas leis, convenções e declarações universais criadas, que se referem à proteção dos bens culturais, do patrimônio mundial cultural e natural; da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, dos direitos das pessoas pertencentes às minorias nacionais, étnicas, religiosas e lingüísticas, cabe ressaltar ainda a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, uma recomendação para os Estados apoiarem a investigação e o registro dessas manifestações, sobretudo pelo risco da cultura popular perder seu vigor diante da indústria cultural.

As cidades e governos locais de todo o mundo aprovaram em 2004 a Agenda 21 da Cultura, como documento orientador das políticas culturais locais onde assumiram como base de compromisso os direitos humanos, a diversidade cultural, a democracia participativa e a criação de condições para a paz. Nessas cidades, as populações pobres permaneceram por muito tempo excluídas das oportunidades de trabalho, cultura e lazer e os equipamentos culturais estavam situados no centro urbano ou em regiões mais ricas da cidade. A instalação de espaços culturais nessas regiões marcadas pela exclusão é um dos pontos cruciais para uma política de descentralização que têm um caráter geopolítico e socioeconômico. Reverter essa divisão entre centro/periferia/subúrbio deverá ser substituída por uma nova visão das cidades que identifica no território urbano uma variedade de regiões, com seus próprios centros e periferias.

Outro fator a considerar é que as políticas públicas de cultura podem ser desenvolvidas por uma pluralidade de atores políticos, sociais, não somente o Estado, desde que tais políticas sejam submetidas obrigatoriamente a algum controle social, através da instalação de conselhos, no mínimo paritários, debates, fóruns e crivos políticos. Apesar do importante papel dos trabalhadores da cultura, não existe sistema sem que outros momentos, instituições e atores estejam contemplados e acionados. Tais processos são vitais para a democratização da cultura. A questão da transmissão e da difusão da cultura aparecem desta maneira, como tema essencial a ser enfrentado em políticas culturais, como também, as esferas da fruição, acesso e participação são essenciais para a completude deste circuito. Indica a amplitude e a universalidade do ato da recepção da cultura, a importância central das políticas culturais. Neste sentido, a cultura se converte em elemento substantivo para estabelecer os acordos coletivos necessários para poder viver juntos na sociedade, a partir do reconhecimento e da inclusão de todos.

Políticas transversais da Cultura

A cultura adquiriu um lugar singular e relevante na atualidade. Cabe propor, portanto, uma centralidade para a cultura. Tal centralidade nos obriga a pensá-la como dimensão transversal porque perpassa toda a complexa rede que compõe a sociedade atual. Como a cultura perpassa diferentes esferas sociais, torna-se substantivo analisar suas interfaces, em especial com áreas afins, como Educação e Comunicação. Para isso, a definição de uma política transversal da cultura com essas áreas tem como desafio ultrapassar as ações e parcerias pontuais e apontar ações e programas continuados, com base no cruzamento de diagnósticos, diretrizes e metas a serem alcançadas por esses setores dentro de uma visão sistêmica de forma a impactar nas realidades locais e na sociedade como um todo. Nos tempos contemporâneos, há uma proliferação de estudos, políticas e práticas culturais que articulam cultura e identidade, cultura e desenvolvimento, cultura da paz, cultura e diversidade, que confirmam o valor da cultura. Ao mesmo tempo que comparece como um campo social e singular, simultaneamente transversa com todas as outras esferas sociais, como figura quase onipresente (RUBIN, 2007).

A natureza é indissociável da cultura, desde o seu conceito, integrando uma série de formas de vida, identidades, cosmovisões, imaginários e manifestações simbólicas de todas as matrizes formadoras da cultura brasileira. Essas são premissas do texto-base da segunda conferência do Ministério da Cultura que tomou o ensinamento dos povos indígenas como um princípio organizador das políticas públicas de cultura no Brasil. O Plano Municipal de Cultura do Rio deverá seguir na linha do Plano Nacional de Cultura que projetou suas diretrizes tendo como referência a biodiversidade e sua relação com os modelos de manejo assentados em culturas ancestrais dos povos ameríndios. A valorização das formas culturais e tecnológicas que preservam a natureza deve integrar-se a formas de uso sustentável das florestas e dos conhecimentos associados à experiência dos povos que nela habitam. A política cultural não pode estar alheia, portanto, à crise ambiental, que se torna mais grave a cada dia, até mesmo porque decorre de um componente cultural: o modo de vida consumista que explora exaustivamente os recursos naturais. A capacidade de criar é inerente a todos os seres humanos e se manifesta desde a infância. No entanto, para ser desenvolvida e potencializada, necessita de um contínuo processo de educação dos sentidos, de formação, informação e aperfeiçoamento. Não por acaso a formação foi a principal demanda apontada na II Conferência Nacional de Cultura, seja voltada para o corpo técnico de seus órgãos gestores, seja para o conjunto dos trabalhadores da cultura, tanto para o estímulo e aperfeiçoamento no campo criativo, estético, quanto institucional.

Nesse contexto, investir conjuntamente em cultura e educação é estratégico, e para isso é necessário criar instâncias de coordenação entre as políticas culturais e educacionais e estimular a interação entre as expressões da cultura e o sistema educativo. As políticas culturais e educacionais podem construir uma agenda comum e colaborativa que qualifique a educação artística, implante a educação patrimonial e contribua para o incentivo ao livro e à leitura.

Tão imprescindível quanto reatar o vínculo entre Cultura e Educação, é integrar as políticas culturais e de comunicação, muito em função do papel dos meios de comunicação de massas de produtor e difusor de cultura. No Brasil, sobretudo, a televisão e o rádio são os equipamentos de produção e distribuição dos bens simbólicos mais disseminados e ocupam papel relevante na vida cultural. Mata Machado menciona que na esfera da Comunicação, um dos principais desafios é garantir o cumprimento dos artigos da Constituição de 88 no que se refere ao princípio da regionalização da produção cultural, artística e jornalística, bem como, a prioridade à finalidade educativa, à promoção da cultura nacional, regional e a produção independente (art. 221). Cabe também regulamentar o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal de rádio e televisão (art. 223). O monopólio dos meios de comunicação representa uma ameaça à democracia e aos direitos humanos afetando diretamente os requisitos básicos da produção, difusão e acesso às informações para o exercício das liberdades civis, políticas, econômicas, sociais e culturais. As TVs e rádios públicas precisam estar independentes do mercado e dos governos, voltada para a autonomia de seus ouvintes e telespectadores, dentro de uma programação que não esteja padronizada em um único modelo, homogeneizante e hegemônico, mas que espelhe as diferentes realidades, experimentações de linguagens, debate de ideias. Para isso, necessita definir um marco regulatório descentralizado e democrático das concessões públicas, na adoção de um modelo aberto à participação de produtores independentes e na criação de um sistema de financiamento que articule o compromisso de Municípios, Estados e União, conjugando programações para diferentes meios como a telefonia celular e a internet, e espaços educativo-culturais, como escolas, universidades, centros culturais, sindicatos e associações comunitárias.

De acordo ainda com o Documento-base da Conferência Nacional, a Cultura pode estar integrada também às políticas de Saúde, seja na criação de ambientes lúdicos para o tratamento e socialização de doentes, seja no desenvolvimento de terapias baseadas nas artes – música, dança, artes visuais –

De acordo ainda com o Documento-base da Conferência Nacional, a Cultura pode estar integrada também às políticas de Saúde, seja na criação de ambientes lúdicos para o tratamento e socialização de doentes, seja no desenvolvimento de terapias baseadas nas artes – música, dança, artes visuais – adequadas à cura de sofrimentos mentais e outras enfermidades, seja na prevenção de doenças por estimular os sentidos e instaurar um ambiente saudável impactando diretamente em todas as dimensões da vida humana. Da mesma forma, as políticas de Cultura e Segurança Pública precisam estar interligadas, não somente porque a capacidade de encantar, humanizar e reconstituir possibilidades de vida da Cultura reduzem ou previnem a violência, mas pela possibilidade de instaurar processos de autonomia e emancipação da sociedade. Requer uma política de ações e programas sociais e culturais estruturantes de forma a garantir a valorização, a autoralidade e o pertencimento dos agentes culturais, assim como de formação e profissionalização das polícias que garanta uma efetiva segurança pública na cidade.

Muitos das diretrizes que entraram no Plano Nacional de Cultura, resultado da ampla escuta que fez o Ministério da Cultura em conferências pelo país envolvem áreas transversais como Ciência e Tecnologia quando sinaliza para o reconhecimento da inovação científica e tecnológica como valor estratégico para a cultura e a ampliação dos meios digitais de expressão e acesso à cultura e ao conhecimento, incorporando a diversidade cultural do país, com seus múltiplos conhecimentos e técnicas e articulação com os programas de inclusão digital uma vez que os novos aparatos tecnológicos influenciam as dinâmicas de expressão, fruição e consumo cultural.

Da mesma forma, necessita fazer ações transversais com a área de Turismo, para desenvolver o turismo cultural sustentável e não predatório, através da valorização da diversidade. O Plano Municipal de Cultura terá, portanto, como desafio traçar políticas e estratégias integrais para a transformação cultural e cívica da cidade, gerar ações para a defesa da vida como valor supremo; acrescentar oportunidades da juventude; promover espaços de reconhecimento da diversidade; fomentar a promoção turística da cidade; conformar redes comunitárias para ascender a projetos produtivos, urdir as relações cotidianas que expressam as tradições e os novos cidadãos e promover pactos sociais de reconhecimento e valorização da cultura da cidade.

Em respeito ao significado da cidade do Rio, daquilo que representa e daquilo que ainda pode ser, daquilo que anseia e almeja ser, como fazer um plano que espelhe as carências e potências dessa cidade? Como garantir o pleno exercício dos direitos culturais dos atores desse processo? Como corrigir desigualdades e concentrações? Como democratizar o acesso e a participação? Essas questões devem estar nas bases de implantação de uma política cultural que dê condições e fomento para deixar florescer a cidade e seus cidadãos, em tudo o que são e o que ainda podem ser, dentro de um conceito de cultura cidadã, desde o qual construir cidade é construir cidadania para a cidade.

Referências:

Cartilha de Orientações sobre o *Sistema Nacional de Cultura para os Municípios*, lançada pelo Ministério da Cultura em 2010.

CALABRE, Lia (org.) *Oficinas do Sistema Nacional de Cultura*. Brasília. Ministério da Cultura, 2006.

_____ (org.), *Políticas Culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento*. SP: Itaú Cultural; RJ: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.

CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. *Ver a cidade: cidade, imagem e leitura*, SP: Editora da Unicamp. 1992.

GIL, Herman Montoya: "*La construcción de una política cultural local em Medellín*" (acesso no dia 8/04/2012: www.medellincultura.gov.co/plan_de_desarrollo_cultural_de_Medellín_2011-2020.pdf)

MACHADO, Bernardo Mata. Documento base da I Conferência Nacional de Cultura, elaborado com a gestão do Ministério da Cultura. (Acesso no dia 7/02/2012: blogs.cultura.gov.br/snc/tag/plano-nacional-de-cultura).

RUBIN, Antonio Albino: "Políticas Culturais entre o possível e o impossível" (acesso no dia 8/02/2012: www.cultura.ba.gov.br/.../antonio_albino_canelas_rubin).